

COMUNICADO DE IMPRENSA

PANGEA XVII

INFARMED, I.P., Autoridade Tributária e Aduaneira e Polícia

Judiciária juntos em operação internacional

Entre dezembro de 2024 e maio de 2025, esteve em curso a fase operacional da Operação **PANGEA XVII**, que este ano decorreu em 90 países de vários continentes.

Em Portugal, estiveram envolvidas três entidades na operação: o INFARMED, I.P. – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (INFARMED), a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e a Polícia Judiciária (PJ).

A operação anual, que já vai na sua décima sétima edição, visa a apreensão e dissuasão do comércio de medicamentos ilícitos que representam uma ameaça significativa à segurança do consumidor, incluindo medicamentos contrafeitos e medicamentos desviados de cadeias de abastecimento legais e reguladas, e que são também uma importante fonte de rendimento para grupos transnacionais de crime organizado, apoiando outras atividades criminosas.

Em Portugal, os controlos efetuados realizaram-se na Alfândega do Aeroporto de Lisboa (incluindo a Delegação Aduaneira das Encomendas Postais), local onde os funcionários da AT, do INFARMED e da PJ colaboraram no âmbito da operação e, na Alfândega do Aeroporto do Porto, permitindo uma sinergia de esforços no combate à fraude relacionada com os medicamentos falsificados.

Nas ações desenvolvidas pelas entidades portuguesas, foram controladas **675** encomendas, das quais **146** foram apreendidas durante as semanas da operação. Através do conjunto de encomendas inspeccionadas foi possível impedir a entrada em Portugal de **29.225** unidades de medicamentos ilegais, com um valor superior a **74.000** euros.

Em Portugal, os medicamentos para a disfunção erétil continuam a liderar as apreensões, representando cerca de **60%** do total registado durante a operação. Seguem-se os suplementos alimentares, que corresponderam a aproximadamente **33%** das apreensões, muitos dos quais sob suspeita de conterem substâncias ativas cuja utilização é exclusiva de medicamentos.

De acordo com o comunicado de imprensa da INTERPOL, a Operação PANGEA XVII levou à apreensão de **50,4** milhões de doses de medicamentos ilícitos, no valor de **65 milhões de dólares**, à detenção de **769** suspeitos e ao desmantelamento de **123** grupos criminosos a nível mundial. Estas apreensões e detenções são as **maiores da história da operação**.

COMUNICADO DE IMPRENSA

A operação PANGEA XVII contou com o apoio adicional da Europol, da Organização Mundial das Alfândegas, da Organização Mundial de Saúde, do Conselho Internacional de Controlo de Estupefacientes, das agências nacionais reguladoras da saúde e do Instituto de Segurança Farmacêutica.

A AT, o INFARMED e a PJ continuam a participar ativamente nesta e noutras ações de fiscalização e sensibilização e alerta para este flagelo, considerando que há consumidores em território nacional que continuam a correr riscos, mesmo que de forma inconsciente, e a comprometer gravemente a sua saúde, ao adquirirem medicamentos pela internet em websites não autorizados.

A participação na operação PANGEA XVII e a colaboração diária entre as entidades envolvidas em Portugal demonstra a importância de continuar a combater estas situações ilícitas, tendo em vista a proteção da saúde pública.

Notas Editoriais

Quais são os perigos dos websites não autorizados?

Quem compra medicamentos fora dos canais licenciados e controlados pelo INFARMED, corre riscos graves e desnecessários. Eis alguns:

- Mesmo que o site tenha uma aparência credível, isso não significa que esteja autorizado a vender medicamentos pela internet, não reunindo assim as condições para assegurar a segurança, qualidade e eficácia dos medicamentos;
- Os medicamentos podem ser falsificados ou contrafeitos, terem a composição alterada, estarem fora do prazo ou terem sido transportados sem quaisquer precauções. Como consequência, podem não fazer o efeito pretendido ou causar efeitos secundários inesperados;
- Muitos sites vendem medicamentos sem que haja a intervenção de um profissional de saúde, sem conhecerem a história clínica ou a existência de outras doenças, aumentando o risco para quem os toma;
- O medicamento encomendado pode não chegar a ser enviado ou ficar retido na alfândega;
- Alguns sites não garantem a confidencialidade dos dados pessoais.

Quem pode dispensar medicamentos no domicílio?

As farmácias e os locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica (nestes últimos apenas para os medicamentos que não exijam receita médica), desde que estejam registados no INFARMED para a entrega de medicamentos ao domicílio.

Como poderá ser feito o pedido de dispensa de medicamentos ao domicílio?

O pedido poderá ser feito nas farmácias ou nos locais de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica, através do sítio eletrónico do estabelecimento ou do seu correio eletrónico, telefone ou telefax.

Todos os sites portugueses estão autorizados?

Não. O facto de um site estar sediado em Portugal ou ser escrito em português não significa que esteja autorizado a utilizar a Internet para receber encomendas de medicamentos. Em Portugal só os websites das farmácias e dos locais de

COMUNICADO DE IMPRENSA

venda de medicamentos não sujeitos a receita médica, desde que estejam registados no INFARMED podem estar autorizados para o efeito.

Não há perigo de os consumidores confundirem esta possibilidade de encomenda através da internet com os sites ilegais?

Sim, daí a importância de pesquisar a [listagem das farmácias que dispensam medicamentos ao domicílio ou através da Internet](#), através do site do INFARMED.

Que perigos incorrem os consumidores ao não utilizar sites autorizados?

A compra através de sites não autorizados não garante o acesso a medicamentos com qualidade, segurança e eficácia, sendo uma forma de comercializar medicamentos falsificados. Comprar medicamentos via Internet sem ser pelos canais licenciados previstos na lei, põe em risco a saúde dos cidadãos (sem garantia sobre a sua verdadeira composição e condições de conservação, nem de acompanhamento médico ou farmacêutico).

27 de junho de 2025